

A INFLUÊNCIA DA AUSÊNCIA DO ENSINO DE GESTÃO, ECONOMIA E INOVAÇÃO NA INSERÇÃO DE JOVENS RECÉM-FORMADOS NO MERCADO DE TRABALHO

Janiel da Silva Durval ¹

RESUMO

A ausência de disciplinas voltadas à gestão, economia e inovação no currículo educacional brasileiro impacta a inserção de jovens recém-formados no mercado de trabalho. Dados do IBGE de 2018 indicam que 23% dos jovens entre 15 e 29 anos não estudavam nem trabalhavam, os chamados “nem-nem”, um aumento em relação aos 20% de 2014. Essa lacuna compromete a capacidade dos jovens de se adaptarem às exigências do mercado, que valoriza habilidades de gestão e inovação. Como defende Paulo Freire (1996), a educação deve ser libertadora e voltada para formação crítica do indivíduo, permitindo que ele atue no mundo de forma transformadora. No entanto, o ensino tradicional ainda não prepara os jovens para os desafios do mercado. Contudo, a BNCC recomenda a inclusão de temas contemporâneos, como ciência e tecnologia, de forma transversal no currículo escolar, mas não há uma obrigatoriedade para esse modelo de ensino. Além disso, a Lei nº 13.415/2017, que reformulou o Ensino Médio, introduziu a possibilidade de itinerários formativos, mas ainda deixa lacunas na formação para o mercado. Este estudo tem como objetivo geral analisar como a falta de ensino nessas áreas influencia a empregabilidade dos jovens. Busca-se identificar a percepção dos recém-formados sobre sua preparação para o mercado e avaliar a demanda por competências relacionadas à gestão, economia e inovação. A metodologia envolve pesquisa quantitativa, com aplicação de questionários. Espera-se encontrar, uma correlação entre a ausência dessas disciplinas e a dificuldade de inserção profissional. Conclui-se que a inclusão formal destas disciplinas é essencial para melhorar a empregabilidade e reduzir as taxas de desemprego nessa faixa etária. Como Vygotsky (1978) argumenta, o aprendizado ocorre na interação entre sujeito e sociedade, sendo assim a reformulação curricular deve alinhar-se às demandas do mercado, garantindo que os estudantes saiam da escola preparados não apenas academicamente, mas também profissionalmente.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

¹ Graduando do Curso de Bacharelada em Administração do Instituto Federal do Maranhão - IFMA – Campos Barra do Corda, janieldurval15@gmail.com;



INTRODUÇÃO

Quando se aborda o tema educação, o imaginário coletivo frequentemente evoca a imagem de uma instituição voltada a transmitir apenas o conhecimento considerado essencial para a vida acadêmica. Contudo essa visão ignora um fator crucial: é o choque de realidade ao término do Ensino Básico (incluindo o Ensino Médio) que definirá a trajetória social e econômica que o jovem passará a vivenciar. A formação que negligencia as competências práticas necessárias para a autonomia e a inserção no mercado de trabalho resulta em um significativo despreparo para a vida adulta. A transição da escola para o mercado de trabalho é um desafio complexo para os jovens brasileiros, exacerbado pela lacuna curricular que negligencia temas cruciais para a vida adulta produtiva.

O presente artigo aborda a problemática da ausência do ensino formal de gestão, economia e inovação nas escolas, avaliando como essa falha educativa impacta negativamente a empregabilidade e a estabilidade financeira dos jovens recém-formados. A sociedade contemporânea exige profissionais com mais do que conhecimento técnico-acadêmico; habilidades como autonomia, pensamento crítico e capacidade de inovar são cada vez mais valorizadas, mas raramente trabalhadas de forma estruturada na educação básica. Observa-se um descompasso significativo entre o conteúdo ensinado e as demandas do "mundo real". Essa desconexão tem reflexos diretos em indicadores sociais e econômicos, como a alta taxa de jovens "nem-nem" (que não estudam nem trabalham), identificada pelo IBGE. Fazendo essa discussão ser crucial, pois a inadequação curricular limita o pleno desenvolvimento do potencial juvenil e perpetua ciclos de vulnerabilidade socioeconômica.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a influência da ausência do ensino de gestão, economia e inovação na inserção de jovens recém-formados no mercado e na sua percepção de preparo para a vida financeira estável. Os objetivos específicos incluem: verificar a percepção de preparo de estudantes e recém-formados para o mercado e para a vida financeira; identificar a necessidade de capacitação docente para abordar os temas de gestão, economia e inovação; e propor a inclusão curricular dessas temáticas como estratégia para a formação integral.

A metodologia do estudo é de natureza mista (quali-quantitativa) e exploratória. A pesquisa baseou-se na análise de dados secundários do IBGE (2018) sobre jovens "nem-nem", na escuta qualitativa com professores para identificar a necessidade de capacitação

e em uma pesquisa primária de caráter quantitativo com estudantes do 3º ano do Ensino Médio e recém-formados.

Os resultados obtidos demonstram que aproximadamente 83% dos entrevistados não se sentem preparados para o mercado de trabalho nem para manter uma vida financeira estável, um dado que encontra correlação com os 23% de jovens "nem-nem" apontados pelo IBGE. As discussões reforçam que, apesar de avanços legais como a Lei nº 13.415/2017 e as diretrizes da BNCC, persiste um descompasso entre o que é ensinado e o que é exigido no mundo real.

Em síntese conclusiva, o trabalho evidencia que, inspirado por pensadores como Paulo Freire e Vygotsky, o preparo do estudante deve ir além do conteúdo acadêmico, sendo a inclusão formal e estruturada de disciplinas de gestão, economia e inovação um passo imprescindível para promover a autonomia juvenil, reduzir o desemprego e combater a desinformação financeira, reforçando o papel da escola na formação integral e produtiva do cidadão.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem de natureza mista (Qualiquantitativa) e exploratória, buscando não apenas quantificar o problema, mas também compreender a percepção e as barreiras que o sustentam. O desenho metodológico foi estruturado em três eixos principais:

Eixo Quantitativo: Pesquisa com Jovens

O primeiro eixo consistiu na aplicação de um questionário estruturado a uma amostra de estudantes do 3º ano do Ensino Médio e jovens recém-formados (até dois anos de conclusão). O principal objetivo foi quantificar o nível de percepção de preparo para o mercado de trabalho e para a vida financeira estável, conforme sintetizado no dado de 82,9% de despreparo total. O instrumento abordou questões de autoavaliação sobre a posse de conhecimentos básicos em orçamento doméstico, investimento, gestão de tempo e habilidades de inovação e empreendedorismo.

Eixo Qualitativo: Escuta com Docentes

O segundo eixo, de caráter qualitativo, utilizou a técnica de "**escuta com professores**" (entrevistas semi-estruturadas ou *focus group*). O público-alvo foram professores que, teoricamente, poderiam abordar temas transversais relacionados a gestão e economia. O objetivo foi capturar a percepção docente sobre: A relevância de incluir tais temas; os



desafios práticos de fazê-lo (como a sobrecarga curricular e a falta de material didático); e a necessidade de formação continuada (*capacitação docente*). Este eixo forneceu o contexto para a discussão sobre as barreiras de implementação do novo modelo de ensino.

Eixo Documental e Análise de Dados Secundários

O terceiro eixo envolveu a análise de dados secundários e a revisão bibliográfica. A análise dos dados do IBGE (2018), especificamente a taxa de 23% de jovens "nem-nem", foi utilizada como um indicador social macro que corrobora a tese do despreparo. A revisão bibliográfica, por sua vez, fundamentou a discussão nos constructos de autonomia (Freire), desenvolvimento cognitivo (Vygotsky) e Capital Humano na Era da Inovação (Becker e Schumpeter), garantindo o rigor teórico da argumentação. A combinação dos eixos permitiu triangulação dos dados, oferecendo uma visão completa da lacuna educacional e seus reflexos sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica deste estudo está solidamente ancorado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o documento de caráter normativo que reconfigura o paradigma educacional brasileiro da mera transmissão de conteúdos para o desenvolvimento de competências. A BNCC, consolidada após a promulgação da Lei nº 13.415/2017 (Novo Ensino Médio), define um "conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais" (BRASIL, 2018) que serve como sustentação legal e pedagógica para a urgência da inclusão de temas de gestão, economia e inovação no currículo da Educação Básica.

A Autonomia Emancipatória, a "Pedagogia do Oprimido" e o Princípio das Competências Gerais.

O conceito de formação integral defendido pela BNCC harmoniza-se profundamente com a pedagogia crítica, notadamente com a filosofia de Paulo Freire (1996). O documento normativo estabelece que o desenvolvimento do estudante deve capacitá-lo para exercer a cidadania e atuar no mundo do trabalho, culminando na Competência Geral 10, que exige a capacidade de:

"Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários." (BRASIL, 2018, p. 16)

Contudo, a autonomia plena, no contexto socioeconômico contemporâneo, exige mais do que a liberdade ética: requer a capacidade de autogestão. O fracasso em prover a literacia



para a vida econômica transforma a liberdade de escolha em incapacidade de planejamento. Freire (1996) já postulava que a prática educativa deve levar à transformação da realidade, sendo o conhecimento um instrumento de intervenção. Na sua obra seminal, Freire (1987, p. 58) critica a "educação bancária", onde "o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber". Sem a "leitura do mundo" econômico e das ferramentas de gestão, o jovem permanece "oprimido" pelas circunstâncias, incapaz de exercer sua autonomia de forma plena.

Para Freire (1996), o núcleo da autonomia reside em "o saber fundamental: o de que mudar é possível. De que é possível a gente intervir na realidade para transformá-la. De que é possível não só nascer, mas crescer e progredir." (FREIRE, 1996, p. 47)

Quando a escola negligencia o ensino prático de gestão, está na verdade impedindo a capacidade de o jovem intervir e progredir na própria realidade. Este despreparo impede o exercício da liberdade concreta que Freire tanto valoriza. Um jovem que não entende como funciona o mercado de trabalho, como poupar, investir ou gerir um pequeno negócio, encontra-se em uma posição de desvantagem que limita sua capacidade de "mudar" sua própria condição e a de sua comunidade. A formação que ignora essas dimensões da vida é, portanto, incompleta e perpetuadora de desigualdades.

Mediação Cognitiva, Exclusão Social e o Bloqueio da Zona de Desenvolvimento Proximal.

A necessidade de incluir gestão e economia é vital para a formação de habilidades cognitivas avançadas, conforme a Competência Geral 2, que demanda o exercício do "pensamento científico, crítico e criativo" para "formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas." (BRASIL, 2018, p. 12).

Essa competência exige que o aluno se torne um agente ativo na criação de valor e na resolução de problemas complexos, características intrínsecas ao campo da gestão e da inovação.

O impedimento para o desenvolvimento dessas habilidades pode ser explicado pela teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky (1978). O autor estabelece que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (como o planejamento e a gestão de um Projeto de Vida) ocorre por meio da mediação de instrumentos e signos culturais. Para Vygotsky o instrumento mediador "atua como instrumento da atividade psicológica, assim como o instrumento de trabalho o faz na atividade laboral." (VYGOTSKY, 1978, p. 57)



As noções de economia e gestão são, neste contexto, os instrumentos e signos necessários para que o jovem transite da sua capacidade atual para a sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A ZDP, conceituada por Vygotsky é:

"a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes" (VYGOTSKY 1978, p. 86).

A ausência de um ensino mediado em gestão e economia representa, de fato, a negação do suporte necessário para que o jovem avance do seu "nível de desenvolvimento real" para o "potencial" no contexto do mercado de trabalho e da vida financeira.

A falha em fornecer esse instrumental resulta no bloqueio dessa ZDP, materializando-se em exclusão social, como demonstrado pelo IBGE (2018). O dado que aponta que 23% dos jovens entre 15 e 29 anos se encontram na condição de "nem-nem" (IBGE, 2018), ou seja, não estão estudando nem trabalhando, reflete o indivíduo cujo investimento educacional não foi suficiente para fornecer-lhe as ferramentas (signos) de gestão e mercado necessárias para a atividade laboral, resultando em inércia e vulnerabilidade. Esses jovens "nem-nem" estão em uma "parada no desenvolvimento" (VYGOTSKY, 1978, p. 100), pois carecem da mediação crucial para transpor os desafios do mundo adulto. A inclusão curricular é, portanto, um ato de mediação pedagógica que visa resgatar esses jovens da exclusão objetiva, permitindo-lhes desenvolver as funções psicológicas superiores necessárias para uma participação plena e autônoma na sociedade.

O Descompasso Normativo-Prático, a Inovação Ética e a Urgência Pedagógica.

A Lei nº 13.415/2017, ao instituir os Itinerários Formativos, e a BNCC, ao reorientar a educação para as competências, representam esforços normativos para modernizar o ensino. Contudo, o alto índice de despreparo subjetivo da juventude (94,5% na pesquisa primária) e a persistência da exclusão social (IBGE, 2018) demonstram um descompasso crítico entre o ideal normativo e a realidade empírica. Este cenário aponta para uma lacuna na implementação prática, que a própria BNCC (BRASIL, 2018, p. 18) reconhece ao afirmar a necessidade de "garantir o direito à educação e ao desenvolvimento pleno de todos os estudantes".

A "escuta com professores" (PESQUISA QUALITATIVA, 2025) apontou a necessidade crítica de capacitação docente, indicando que o problema não é o marco regulatório em



si, mas sim a capacidade dos educadores de atuarem como mediadores qualificados. A falha na capacitação impede que a escola cumpra o que a BNCC exige, transformando a exigência de "autonomia" e "resolução de problemas" em uma meta inatingível para a grande maioria dos estudantes. A ineficácia da mediação pedagógica, causada pela falta de preparo dos professores, é um obstáculo direto à formação do capital humano essencial para o século XXI.

Nesse contexto, a urgência ética da pesquisa reside em demonstrar que a formação que ignora a realidade econômica não é neutra, mas sim uma negação dos princípios de autonomia (FREIRE, 1996) e das competências de solução de problemas (BRASIL, 2018) que a própria legislação exige. A inclusão formal e estruturada de gestão, economia e inovação é o caminho indispensável para transformar a BNCC de um mero "documento normativo" em uma matriz curricular que efetivamente prepara o jovem para a intervenção crítica e produtiva no mundo, cumprindo, assim, a sua função social. A "leitura do mundo" de Freire (1987, p. 29) deve, portanto, incluir a "leitura do mundo do trabalho" e "do mundo financeiro", para que a educação se torne, de fato, "um ato de amor, por isso, um ato de coragem" (FREIRE, 1987, p. 98), um caminho para a libertação e o desenvolvimento pleno, conforme preconizado pelos grandes teóricos da educação e pela própria legislação vigente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados empíricos e secundários, confrontada com o rigor do referencial teórico da BNCC e dos autores críticos da educação, revelou a urgência e a profundidade do descompasso curricular. Os achados foram sistematizados em três categorias analíticas centrais, que guiam a discussão em termos de vulnerabilidade juvenil, exclusão social e barreiras institucionais constatada pela necessidade crítica de capacitação docente.

O Alarme da Percepção Juvenil e a Contradição da Autonomia (Vulnerabilidade e Despreparo Subjetivo)

O foco central da pesquisa primária reside na percepção subjetiva dos jovens sobre seu nível de preparo para os desafios da vida adulta. Os dados obtidos com os 152 participantes (sendo 127 em Ensino Médio e 25 recém-formados) foram categóricos e corroboram a hipótese central do estudo sobre a falha curricular.

O quadro ilustra a distribuição percentual das respostas à Pergunta 5 do questionário, que avaliou a percepção de preparo para o mercado de trabalho e para a vida financeira estável.



Categoria de Preparo (Pergunta 5)	Frequência Absoluta (n=152)	Frequência Relativa (%)
Totalmente Despreparado	126	82,90%
Pouco Preparado	17	11,18%
Razoavelmente Preparado	9	5,92%
Preparado	0	0,00%
Totalmente Preparado	0	0%
Total	152	100,00%
Total Despreparo (1 e 2)	143	94,08%

O achado mais contundente do estudo reside no índice que revela que 82,9% dos jovens entrevistados não se sentem preparados para o mercado de trabalho nem para a estabilidade financeira. Este percentual massivo constitui um diagnóstico da "Autonomia Negada" pelo sistema educacional e configura uma profunda contradição com o pilar ético e legal da BNCC, nomeadamente a Competência Geral 10.

A BNCC (BRASIL, 2018) exige o desenvolvimento da capacidade de "Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade... tomando decisões com base em princípios éticos...". No entanto, a autonomia plena, no contexto contemporâneo, é inseparável da literacia financeira e da capacidade de autogestão profissional. A teoria de Paulo Freire (1996) afirma que a educação deve munir o sujeito da capacidade de intervir na própria realidade. Para Freire, a educação é um ato de conhecimento crítico da realidade, e é a partir desse conhecimento que o sujeito se torna capaz de atuar sobre ela. A intervenção mais imediata e essencial na vida adulta é a gestão da própria subsistência e do futuro econômico. O sistema educacional, ao omitir o ensino de gestão e economia, nega ao jovem a ferramenta crítica para "intervir na realidade para transformá-la" (FREIRE, 1996, p. 47). O resultado é uma autonomia puramente teórica e acadêmica, que colapsa diante da primeira conta a pagar ou da primeira entrevista de emprego.

O sentimento de despreparo subjetivo dos 82,9% é, portanto, a manifestação da consciência da própria vulnerabilidade. A escola forma para a prova, mas falha em formar para o projeto de vida. Isso levanta um dilema ético-pedagógico: ao prometer ascensão social pelo diploma sem entregar o *know-how* prático, o sistema educa para a dependência, negando o direito à literacia para a vida adulta. A inclusão de gestão e economia, neste prisma não é apenas uma melhoria curricular, mas um resgate da promessa educacional de emancipação e um imperativo para o cumprimento da Competência Geral 10 da BNCC.



A Inadequação do Capital Humano e o Bloqueio Sócio-Cognitivo (Vulnerabilidade e Exclusão Social Objetiva)

A vulnerabilidade subjetiva se materializa em exclusão social objetiva através da taxa do IBGE (2018), que indica que 23% dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos se encontram na condição de "nem-nem" (não estudam nem trabalham). Este dado é a evidência macroeconômica da inadequação do "Capital Humano" que está sendo produzido.

Na Economia da Inovação (Schumpeter, 1942), o valor do indivíduo no mercado se mede pela capacidade de adaptação, inovação e resolução de problemas complexos. O jovem "nem-nem" não é apenas um desempregado, mas um indivíduo cujo investimento educacional (Capital Humano) se mostra insuficiente para as exigências do século XXI. A falta de exposição formal aos conceitos de gestão e inovação impede o desenvolvimento do *mindset* empreendedor e adaptativo. Em vez de se tornarem agentes de mudança (Schumpeter), esses jovens permanecem à margem, com sua qualificação desvalorizada.

Este fenômeno pode ser profundamente analisado através da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky (1978). O processo de inserção produtiva e estabilidade financeira representa o "nível de desenvolvimento potencial" do jovem. A distância entre o que ele sabe (conteúdo acadêmico) e o que ele precisa fazer (gerenciar, inovar) define a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A omissão curricular de gestão e economia significa a falência da mediação pedagógica, pois não são fornecidos os "instrumentos e signos culturais" necessários para atravessar essa zona (VYGOTSKY, 1978). Conforme o autor descreve:

“A mediação por meio de instrumentos e signos tem um papel central no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O signo atua como instrumento da atividade psicológica, assim como o instrumento de trabalho o faz na atividade laboral”. (VYGOTSKY, 1978, p. 57)

As ferramentas de gestão, economia e inovação são os "signos" essenciais para a atividade psicológica de planejamento e execução profissional. Sem o domínio dessas ferramentas, a ZDP para o mercado de trabalho fica intransponível, resultando na estagnação e na exclusão social de 23% da juventude. A inovação pedagógica, ao incorporar essas ferramentas, torna-se, portanto, a via ética e socialmente responsável para desbloquear essa ZDP e reduzir a taxa de inércia juvenil.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo cumpriu seu objetivo ao analisar a influência crítica da ausência do ensino formal de gestão, economia e inovação na inserção de jovens no mercado de trabalho. As evidências coletadas e a análise teórica confirmaram a premissa de que o modelo educacional vigente, ao priorizar o conteúdo estritamente acadêmico, gera um profundo descompasso entre a formação escolar e as exigências da vida adulta produtiva.

Principais Conclusões da Pesquisa

A principal conclusão empírica do trabalho é o alarmante índice de 83% dos jovens que se sentem despreparados tanto para o mercado de trabalho quanto para a gestão de suas finanças. Este dado, em diálogo direto com o cenário social evidenciado pela taxa de 23% de jovens "nem-nem" (IBGE, 2018), atesta a falência do sistema em cumprir o preceito legal da formação integral e da promoção da autonomia.

Teoricamente, o estudo conclui que a lacuna curricular representa o bloqueio da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky, impedindo que o jovem alcance seu potencial de desenvolvimento na esfera econômica por falta dos instrumentos mediadores (gestão e economia). Além disso, essa omissão nega o princípio da autonomia freireana, transformando a liberdade de escolha em vulnerabilidade e dependência, contrariando o espírito da Competência Geral 10 da BNCC. A inclusão estruturada dessas disciplinas é, portanto, um imperativo ético e legal para a emancipação juvenil e a redução da exclusão social.

A terceira conclusão central aponta para a capacitação docente como a principal barreira de implementação. A ausência de *know-how* e a falta de programas de formação continuada para os professores em temas modernos e práticos impedem que a escola cumpra o que é exigido pela Lei nº 13.415/2017 e pela BNCC. A solução para o problema é, primariamente, uma questão de gestão e inovação pedagógica dentro das próprias instituições de ensino.



Prospecção para a Comunidade Científica e Aplicação Empírica

Os achados deste artigo abrem vastas perspectivas para o campo da Educação e das Ciências Sociais Aplicadas. Para a comunidade científica, este trabalho sugere a necessidade urgente de migrar o foco da crítica à BNCC para a análise da sua implementação prática.

A Aplicação Empírica dos resultados para a sociedade reside na defesa de uma política pública de inclusão curricular sistemática. O diálogo com a análise do resumo reforça que a inclusão formal de gestão, economia e inovação pode ser um passo decisivo para reduzir a evasão escolar, o desemprego juvenil e os altos índices de desinformação financeira, transformando a escola em um agente efetivo de transformação social e econômica. O artigo serve, portanto, como um chamado à ação para gestores e educadores, demonstrando que o investimento na formação integral, conforme exigido pela BNCC, é o caminho mais robusto e ético para construir uma sociedade mais autônoma, equitativa e preparada para o futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 18 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e o Decreto-Lei nº 5.452. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 02 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf. Acesso em: 07 jun. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

